

41º Encontro Anual da ANPOCS

GT8: Democracia e desigualdade

O legado de 2013

Coletivos de ativistas e a Agenda Política Brasileira

Angelina Peralva (LISST-CNRS-Universidade Toulouse 2 - Jean Jaurès)

Julien Figeac (LISST-CNRS- Universidade Toulouse 2 - Jean Jaurès)

Nathalie Paton (LISST-CNRS-Universidade Toulouse 2 - Jean Jaurès)

Rachel Nogueira (LERASS-Universidade Toulouse 3 - Paul Sabatier)

23 a 27 de outubro de 2017

Caxambu – MG

Introdução

Tendo por referência uma pesquisa exploratória com coletivos de ativistas, parte dos quais formados nas manifestações de 2013 no perímetro Rio-São Paulo, presentes nas redes digitais e fora delas, trata-se de interrogar a morfologia desses grupos, o perfil dos participantes e suas modalidades de intervenção no debate público, bem como suas orientações mais gerais. Além da construção de um objeto fortemente referido a uma base empírica, interessa examinar a questão das relações desses coletivos com a democracia, através de três dimensões principais: relações com os partidos existentes e a natureza da autonomia por eles reivindicada; relações com os grandes veículos de comunicação; e o impacto potencial sobre a agenda política brasileira. As entrevistas foram realizadas em março de 2017¹ e haviam sido precedidas por observações regulares nas redes sociais, efetuadas ao longo de um ano e meio, com preservação de materiais atinentes².

O texto está organizado em três partes. Na primeira – Junho de 2013 – examina-se a literatura disponível sobre o período, sugestiva da extensão e da complexidade de um movimento que não começa naquele ano; e que é sobretudo inseparável dos efeitos políticos induzidos pela proximidade de dois mega-eventos esportivos, a Copa do Mundo

¹ Um agradecimento especial a Vera Telles, Michel Misse e Marcia Leite pelo apoio; a Esther Solano, Guilherme Flynn e Jacqueline Leta pela generosa facilitação do acesso a muitos contatos; e a Pablo Ortellado pelas pistas. Agradecimento também a todos que se dispuseram a conversar conosco e cujo anonimato escolhemos preservar.

²A pesquisa inscreve-se num projeto de escopo bem mais amplo intitulado Liens Socionumériques et technologies (mobiles) de l'Information et de la Communication – LisTIC, desenvolvido no âmbito da Universidade de Toulouse e tendo por parceiros no Brasil o LAPS (Departamento de Sociologia da FFLCH-USP - professora Vera Telles); e o NECVU (Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ-professor Michel Misse). É um projeto interdisciplinar coordenado por sociólogos do LISST (laboratório da Universidade de Toulouse 2), em parceria com pesquisadores da área de Ciências da Informação e da Comunicação bem como da área de Informática do LERASS e do IRIT (Universidade de Toulouse 3). O projeto é dirigido por Julien Figeac, sociólogo do CNRS e do LISST, e envolve uma equipe de cerca de vinte pessoas com estatutos e implicações diversas, entre as quais - no que se refere à parte brasileira - Nathalie Paton, pesquisadora do LISST, Rachel Queiroz Nogueira, doutoranda, e eu mesma (cf. <https://listic.irit.fr/>). Tem financiamento garantido até 2021 (Agence Nationale de la Recherche) e obteve o selo GDRI Web Science. Explora os usos contemporâneos dos telefones celulares e dos aplicativos desenvolvidos pelas principais redes sociais, com o objetivo de captar seus efeitos sobre a composição e a morfologia das redes relacionais, sobre as sociabilidades no trabalho e sobre as formas mediatizadas de participação política – tanto na França, durante as eleições presidenciais deste ano, quanto no Brasil no quadro dos movimentos sociais atuais. Trata-se de explorar os recursos oferecidos pelos telefones celulares documentando seus usos, e mais particularmente as formas nômades de participação através dos aplicativos móveis das redes sócio-digitais; de examinar o mais exaustivamente possível as modalidades de apropriação contemporânea dessas tecnologias e a maneira como elas modificam ou renovam nossas estruturas sociais e relacionais.

e os Jogos Olímpicos, e pela realização naquele mesmo ano da Copa das Confederações. Na segunda parte – Coletivos e Redes – postulamos que as redes de ativistas que deram vida às mobilizações, no espaço digital e fora dele, resistiram bem ao refluxo do movimento e constituem um potencial significativo de mobilizações futuras. Três grandes ordens de preocupações movem esses grupos: a aspiração a uma cidade justa, durável e humana; o enunciado de objetivos gerais para um movimento cuja organização era fragmentária e que se pretendia autônomo em relação aos partidos; e a necessidade de organizar a informação em um contexto de monopólio e crise da grande imprensa. A terceira e última parte, com vocação conclusiva, interroga o legado de 2013 e seu impacto sobre a agenda política brasileira, retomando a questão das pautas do movimento e examinando seu horizonte institucional.

I - Junho

O movimento anti-globalização do início do século colocou em sua linha de mira os grandes órgãos que estruturam o poder global: OMC, FMI, Banco Mundial... Embora mantendo uma referência a essas primeiras lutas do novo milênio, Junho de 2013 participa da mesma inflexão que, entre 2010 e 2011, caracterizou manifestações ocorridas em outros países – a revolução islandesa, a primavera árabe, o movimento dos Indignados na Espanha, Occupy Wall Street (Castells, 2013): movimentos que se formaram na era do web 2.0, tendo o espaço digital como recurso de mobilização; e que, diferentemente do movimento global que os precedeu, interpelaram a democracia e seus limites a partir de suas realidades nacionais³.

É verdade que o tema da democracia, como o do meio ambiente – muito importante em algumas manifestações de 2013 – também estavam presentes no movimento global. Riseup, plataforma de comunicação militante criada em Seattle em 1999, tem claramente a democracia como horizonte e reivindica uma mídia independente e uma organização civil, social e econômica pautada na democracia participativa: *todos os que são afetados*

³O movimento global é uma referência forte nas lutas de 2013. Na rodada de entrevistas que efetuamos com membros de diferentes coletivos de ativistas, muitos evocaram a importância do Centro de Mídia Independente brasileiro, criado em 2000 na esteira da rede Indymedia formada em Seattle em 1999. A mesma referência aparece em relatos que vinculam o CMI às lutas pela tarifa zero em Salvador (revolta do Buzu, 2003) e Florianópolis (revoltas da Catraca, 2004 e 2005).

*por uma decisão devem ter a oportunidade de participar da tomada dessa decisão*⁴. No movimento italiano, os Desobedientes evocavam a importância da horizontalidade das redes e da comunicação (Casarini, 2002; Farro, 2003). Mas o enraizamento das mobilizações da segunda década deste século nas realidades locais em que emergem é muito mais claro; e manifesta-se ao longo das lutas que, desde o começo dos anos 2000, pontuam a vida urbana brasileira⁵.

Entre esses movimentos, quase ignorados pelas ciências sociais durante vários anos, o de maior notoriedade nas jornadas de junho foi sem dúvida o MPL, formado em 2005 durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Mas junho não se resume a ele. A luta “contra uma política neoliberal de espoliação da cidade” (Foureaux, 2014) construiu-se silenciosamente em vários pontos do país e intensificou-se com o engajamento do Brasil na preparação de dois mega-eventos esportivos – a Copa do Mundo de 2014 e, no Rio de Janeiro, os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse contexto, multiplicaram-se os espaços de debate sobre a vida urbana – assembleias populares, assembleias de bairro, ocupações – e de resistência à brutalidade das políticas de remoção e repressão contra as populações mais frágeis. Em Recife, o conflito remonta a 2008, quando foi leiloado o segundo maior pátio ferroviário do país, no coração da cidade, e um grupo de quatro empreiteiras projetou a construção no local de 12 torres de 40 andares. Em 2011, formou-se o grupo Direitos Urbanos e em 2012, no contexto do rechaço ao projeto das empreiteiras, o movimento #OcupeEstelita (Andrade, Lins e Lemos, 2014; Nogueira, 2015). No Rio de Janeiro, a resistência da Vila Autódromo contra as remoções vinculadas ao projeto olímpico começou em 2011 (Bayer, 2017); o Ocupa Borel e o Ocupa Alemão, “livremente inspirados no Occupy Wall Street” formaram-se em novembro de 2012 em reação à morte por PMs de um jovem favelado do Complexo do Alemão. (Thâmara, 2014).

A questão da moradia incorporou-se portanto com muita força às manifestações de 2013 e a ANCOP⁶, ocupou uma posição importante na liderança do movimento, junto com o

⁴ Site de Riseup : <https://riseup.net/>. A frase põe em cheque, pelo seu próprio enunciado, o modelo da democracia representativa em torno do qual estão organizadas as democracias contemporâneas.

⁵ Sobre junho de 2013 e suas anterioridades, o trabalho mais completo parece ser o conjunto de relatos sobre a dinâmica da mobilização em diferentes cidades brasileiras organizado por Moraes, Gutiérrez, Parra, Albuquerque, Tible e Schavelzon (2014).

⁶ Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. O dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil” foi assinado por 120 profissionais liberais, universitários e ativistas vinculados a diferentes entidades em todo o país.

MTST e o Movimento Passe Livre⁷. Em Fortaleza, a questão do meio ambiente, com a resistência à destruição do Parque Cocó, situado em uma região central da cidade, deu o tom da mobilização⁸. O recenseamento abaixo, ainda que grosseiro e efetuado a partir da literatura consultada, permite um delineamento aproximativo da trajetória do movimento e da diversidade de suas pautas, antes e depois de 2013. Em negrito, algumas datas que marcaram o período:

Salvador	2003	Revolta do Buzu	Tarifa dos transportes
Florianópolis	2004	Revolta da Catraca	Tarifa dos transportes
Florianópolis	2005	Revolta da Catraca	Tarifa dos transportes
Vitoria	2005		Tarifa dos transportes
Porto Alegre	2005	Forum Social Mundial	Criação do MPL
Rio de Janeiro	2011	Vila Autódromo	Remoção
Recife	2011	Direitos Urbanos	Projetos urbanos
São Paulo	2011 (janeiro-13)	MPL	Tarifa dos transportes
Natal	2012	Luta vitoriosa	Tarifa dos transportes
Rio de Janeiro	2012-nov.	Ocupa Alemão, Ocupa Borel	Violência policial, direitos humanos
Brasília	2013-6 março	CDH Câmara Federal	Ocupação por 100 dias
Porto Alegre	2013 (março)	Ação judicial PSOL	Tarifa dos transportes
Rio de Janeiro	2013 (22 de março)	Aldeia Maracanã	Desocupação pela polícia
Brasília	2013-16 abril	Índios invadem plenário Câmara	Demarcação de terras
Goiania	2013 (maio)	Depredações	Tarifa dos transportes
Natal	2013 (maio)	Depredações	Tarifa dos transportes
Brasil	2013 (15 a 30 junho)	Copa Confederações	
São Paulo	2013 (junho)	Série de manifestações	Tarifa dos transportes
21 cidades	2013 (junho-17)	Contra a violência policial	Diversidade de demandas
150 cidades	2013 (junho-20)	1 milhão de pessoas nas ruas	Diversidade de demandas
Brasília	2013 (junho-24)	Discurso D. Rousseff	Reforma política
Fortaleza	2013-5 jul. (4 meses)	Ocupação Parque Cocó	Meio ambiente
Rio de Janeiro	2013-22 jul.	Recepção ao papa	Manifestações contra o governador
Rio de Janeiro	2013-29 jul a 5 set.	Ocupa Cabral	40 dias de acampamento
São Paulo	2013-25 out.	Manifestação violenta	Coronel PM agredido
Rio de Janeiro	2014-28 jan.	Central do Brasil	Tarifa dos transportes
Rio de Janeiro	2014-6 fev	Santiago Andrade atingido por um rojão	Tarifa dos transportes

⁷ Cf. “Junho está sendo” In Moraes, Gutiérrez, Parra, Albuquerque, Tible e Schavelzon, 2014

⁸ Valéria Pinheiro (2014:98-118) explica que o anúncio pelo prefeito, em 5 de julho de 2013, de que seriam construídos viadutos que implicariam na derrubada de mais de cem árvores adultas no Parque do Cocó em Fortaleza gerou uma ocupação imediata do local pela população. Segundo ela, em 35 anos a cidade perdeu 90% de sua cobertura vegetal. A ocupação durou quatro meses durante os quais as obras foram paralisadas e a derrubada das árvores suspensa.

Rio de Janeiro	2014-10 fev	Morte de S. Andrade	
Rio de Janeiro	2014-1 a 8 mar	Greve dos garis	Aumento salarial
Brasil	2014-17 mar	Operação Lava Jato	Início
Brasil	2014-12 jun a 13 jul	Copa do Mundo	
São Paulo	2014-14 nov.	Manifestação em S. Paulo	Reforma política
Brasil	2014- 7 nov.	ANCOP	Dossiê Megaeventos
Rio de Janeiro	2015-2 fev.		Tarifa dos transportes

O quadro sugere que a questão do transporte foi realmente central⁹. Manifestações contra o aumento das tarifas continuam, de resto, sendo realizadas ritualmente a cada início de ano nas principais cidades do país¹⁰. Mas esse não foi um tema exclusivo da mobilização. A Copa do Mundo (2014), precedida pela Copa das Confederações (2013); e o projeto olímpico (2016) – pautaram com muita força a questão do direito à cidade; ao mesmo tempo em que induziam importantes conflitos em torno de projetos urbanos direta ou indiretamente ligados a esses eventos. A luta contra as remoções foi protagonizada pela ANCOP (2014) a partir de comitês locais formados em 12 cidades-sedes da Copa do Mundo. Mais além desse ponto preciso, no entanto, estavam também em jogo projetos de cidade diferentes daqueles encarnados pelas grandes empreiteiras, em aliança com os sistemas políticos locais e/ou nacionais. Vila Autódromo, no Rio de Janeiro (Bayer, 2017), os movimentos #OcupeEstelita e Direitos Urbanos, no Recife (Nogueira, 2015), ou o movimento #Ocupacocó em Fortaleza (Pinheiro, 2014) foram – e, em alguns casos, continuam sendo – movimentos engajados na luta por um projeto de cidade mais inclusivo e mais respeitoso do meio ambiente¹¹.

O tema dos direitos humanos esteve presente no movimento sob duas formas principais. A mais visível talvez tenha sido a resistência à indicação à presidência da CDH da Câmara Federal do Deputado pastor Marco Feliciano. A ocupação da Câmara começou em março e durou cem dias. A agressividade das proposições da nova Comissão (cura gay, estatuto do nascituro - também chamado bolsa-estupro, atentados aos direitos dos

⁹ O site do Tarifa Zero contém um importante arquivo de vídeos sobre as lutas pela tarifa zero em todo o país, desde o começo dos anos 2000.

¹⁰ Cf. vídeo da manifestação de 12 de janeiro de 2017 na Avenida Paulista publicado pelos Jornalistas Livres : <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/466056760184873/> No mesmo período também houve manifestações em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro.

¹¹ O vídeo « Cabeça de prédio » publicado em dezembro de 2015 na página Facebook do Movimento#OcupeEstelita traduz em imagens da cidade os termos desse conflito.

povos originários) alimentou um movimento pautado pela questão da diversidade e dos direitos culturais (Pagul, 2014). A segunda entrada nesse tema foi protagonizada pelos coletivos de luta contra a violência policial e pelo direito à vida – vários deles formados em favelas e particularmente presentes no Rio de Janeiro: Ocupa Alemão, Ocupa Borel, Coletivo Papo Reto, Maré Vive e muitos outros.

Esses coletivos são sugestivos da elevação dos níveis de escolaridade dos jovens favelados, do seu acesso à Internet e à informação em geral, e de sua vontade de defender o direito à vida das populações pobres. Patrocinada pela Anistia Internacional para protestar contra o desaparecimento de um pedreiro na UPP da Rocinha, a campanha #CadêoAmarildo? contribuiu para ampliar esse movimento (Thâmara, 2014). A indignação da opinião pública diante de ações policiais violentas, que em diversos momentos se abateram sobre os manifestantes de 2013, estendeu-se pela primeira vez à experiência das populações precarizadas das favelas, das quais o pedreiro Amarildo tornou-se um símbolo.

O contexto de Copa do Mundo catalisou uma grande parte da insatisfação do país, produzindo efeitos políticos importantes. Não por acaso, os manifestantes de 2013 opuseram a má qualidade dos transportes coletivos e dos serviços públicos em geral aos estádios superfaturados e às obras megalomânicas empreendidas por exigência da FIFA¹². A Copa do Mundo de 2014 foi precedida pela assinatura, sem qualquer debate parlamentar prévio, de um protocolo de engajamento entre o governo federal e a Federação Internacional de Futebol. O protocolo transformou-se em seguida na lei 12663, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidência da República em 5 de junho de 2012, a chamada “Lei da FIFA”. O capítulo I desse texto legal define precisamente aqueles que dele se beneficiariam: a FIFA, seus representantes, seus prestadores de serviços e seus parceiros comerciais. Era assim estabelecida uma parceria entre o governo brasileiro e uma entidade privada supra-nacional operando em um campo preciso de atividade, com impacto (embora limitado no tempo) sobre o conjunto da vida nacional.

Fala-se de “regulação multi-níveis” (Poupeau, 2013) para evocar o fato de a vida social de um país não mais ser regida apenas por um Estado e instituições nacionais, mas por um conjunto complexo de atores, públicos e privados, nacionais e supranacionais, ligados

¹² O balanço efetuado pela ANCOP (2014) é certamente o mais completo no que se refere aos gastos públicos e graves violações de direitos humanos envolvidos na Copa sediada pelo Brasil.

entre si por relações contratuais. A Copa do Mundo de 2014 no Brasil é um revelador particularmente interessante desse fenômeno. O texto legal de 2012 definiu um perímetro de soberania da FIFA sobre 151 km² do território nacional, equivalentes a um raio de 2 km em torno dos estádios, válidos para 12 estádios em 12 cidades-sedes, implicando, nos dias de jogo, pesadas obrigações impostas à população civil. Obrigações econômicas, primeiro, com a proibição de comercialização, dentro desse perímetro (nele incluso o espaço aéreo), de quaisquer produtos ou veiculação de qualquer publicidade não autorizados pela FIFA. A AmBev sendo um dos patrocinadores da FIFA, foi também suspensa, durante a Copa, a proibição da venda de álcool no interior dos estádios. Constrangimentos também quanto à liberdade de circulação. A FIFA tinha a prerrogativa de credenciar (com crachá contendo nome completo, endereço e número de carteira de identidade) aqueles que, embora sem os bilhetes nominativos que davam acesso aos jogos, estariam autorizados a circular em seu perímetro de soberania. A liberdade de manifestação foi supostamente preservada, embora tendo sofrido freqüentes restrições nos estádios.

A Lei da Copa permitiu a formação, no território nacional, de um perímetro de exceção, com delegação de soberania em favor da FIFA, que suspendia garantias de liberdade econômica e de circulação. Crimes que viessem a pôr em cheque o monopólio econômico da FIFA dentro do seu perímetro de soberania poderiam ser punidos com penas de prisão de três meses a um ano. Uma política de segurança pública específica acompanhou a programação desse mega-evento e é inseparável da brutalidade da repressão que se abateu contra manifestantes e populações pobres, especialmente no Rio de Janeiro, onde o exército nacional ocupou por vários meses a favela da Maré.

É portanto impossível dissociar a mobilização coletiva que teve como ápice as jornadas de junho de 2013 dos efeitos políticos suscitados pela Copa das Confederações, ocorrida no mesmo momento. A presença no país da imprensa internacional ampliou a dimensão dos protestos¹³ - e é também de se perguntar se eles não terão tido um impacto sobre a crise que afetou a FIFA e seus dirigentes no imediato pós-Copa¹⁴. No entanto, em 2014,

¹³ Vários depoimentos de ativistas registram esse fenômeno. A respeito da novidade representada pela mediatização das manifestações, Bruno Paes Manso (2014: 162) observa justamente: “Existem coisas difíceis de explicar, mas antes de 2013 esses protestos não viravam notícia, como se não fossem vistos como assuntos relevantes (...)”.

¹⁴ Prisão na Suíça de José Maria Marin a pedido da justiça americana, demissão e suspensão de Sepp Blatter e Michel Platini, abertura no Brasil de uma CPI da FIFA. Cf. para um balanço, entre outros, Nicolas Bourcier, « FIFA: le Brésil, épicer du scandale », *Le Monde*, 5-06-2015.

ano da Copa, sem que tivesse sido completamente interrompida, a mobilização declinou. Dois elementos podem ajudar a explicar as razões desse declínio: as conseqüências fatais da violência Black Bloc que, no Rio de Janeiro, culminou com a morte do cinegrafista Santiago Andrade; e a polarização política crescente que dividiu os brasileiros em um ano eleitoral que terminaria com a recondução no cargo da presidente Dilma Rousseff.

Um livro sobre os Black Blocs paulistas (Solano, Manso, Novaes, 2014) mostra como a violência manifestante se introduz nos protestos desse período. Construído a partir de de uma investigação de longo curso com a convergência de várias técnicas de pesquisa (observações, entrevistas, registros de imprensa escritos e fotográficos), o livro explica quem são os Black Blocs, o contato dos ativistas com a violência, a genealogia internacional em que se inscrevem e a maneira como seus atos são ressignificados no contexto brasileiro. Os perfis são socialmente diversos, mas a base principal é uma juventude de baixa classe média, vivendo em bairros periféricos, educada em universidades particulares e marcada pela democratização do acesso à Internet e à informação. Sua experiência original da violência, intrínseca às periferias urbanas, é a da brutalidade da presença policial, que no contexto brasileiro faz ofício de política de segurança pública¹⁵. Seu próprio uso da violência, no contexto das manifestações, inscreve-se em uma lógica de *inversão* de uma série de relações assimétricas (Arendt, 1985): violência na Paulista, ao invés de apenas na periferia; violência exercida contra a polícia¹⁶ - ao invés de apenas sofrida; passagem da condição de vítima passiva à condição de autor.

Há aí uma inflexão interessante que é importante registrar. A maneira como duas gerações (pelo menos) de jovens de periferia fez face à violência foi fortemente marcada por sua relação com o risco: assumir plenamente o risco de vida, indo ao seu encontro em vez de ser atropelado por ele, era algo que habitava a subjetividade dessa juventude pobre; a agilidade e a relação com o corpo sendo os principais recursos em que essa subjetividade se ancorava. Em Mascarados, muitas fotos ilustram a força dessa relação

¹⁵ Um entre muitos depoimentos (a Esther Solano, 2014 : 51) : “Todos os meus amigos são da região leste, da favela mesmo. Um deles foi morto pela PM, professora. Dá um ódio... Porcos fardados. Por isso estou aqui. Tenho raiva, ódio, mas sei que na minha comunidade não posso fazer nada. Aqui na Paulista é diferente. Posso me manifestar.”

¹⁶ Sobre os enfrentamentos de 11 de junho de 2013, entre o Parque D. Pedro e a Praça da Sé, Manso (2014:165) observa: “Policiais solitários que se desgarravam do grupo eram perseguidos por jovens mascarados. (...) Eu nunca havia testemunhado jovens correndo atrás de policiais em um protesto e aquilo me impressionou.”

com o corpo, que Manso identifica à experiência dos surfistas ferroviários dos anos 1980 e dos pichadores dos anos 1990 e atuais.¹⁷ A inflexão que cabe registrar é a dessa passagem de uma relação pouco verbalizada com o risco, de natureza eminentemente simbólica, a um enunciado verbal, de natureza política, sobre a injustiça da violência e a legitimidade do revide. Nessa passagem, a elevação dos níveis de escolaridade e a facilidade de acesso à informação na Internet são elementos que facilitam uma ressignificação da experiência em novos termos. Um entrevistado de Novaes (2014: 199) reivindicava, em 2013, 25000 seguidores em uma das páginas facebook dos Black Blocs, ao passo que nas manifestações estimava-se que eles seriam não mais que 70. Outro entrevistado (Novaes, 2014: 200), office-boy e estudante de uma universidade privada, conta como em uma semana leu sobre anarquismo, democracia e black-bloc, depois de ter sido espancado pela polícia em uma manifestação para a qual fora involuntariamente arrastado: “na terceira manifestação já era outra pessoa ideologicamente”.

Nova inflexão de sentido nesse depoimento, onde a experiência individual da violência sofrida converte-se em ação coletiva de revide. Conversão que passa por fora dos quadros organizativos clássicos, se admitirmos o postulado, mil vezes repetido, de que Black Bloc é apenas uma tática, e não uma organização.

A página facebook dos Black Blocs de São Paulo explica que o uso das máscaras visa criar entre eles a aparência de uma única massa imensa, promovendo a solidariedade entre os participantes. O vestuário agrega, ali onde a base da ação comum é, primordialmente, uma experiência compartilhada. A página facebook, por outro lado, permite um debate, a troca de informações e, mais ainda, a inscrição desse ativismo numa genealogia: há ali referências a Seattle, ao movimento anti-capitalista global, mas também a Marighela; e o Manual de Ação Direta, postado em 1 de novembro de 2014, embora formulado em outros termos, lembra bastante o Manual do Guerrilheiro Urbano.

Em seu posfácio a Mascarados, Pablo Ortellado retrança a história do fenômeno Black Bloc, desde a sua formação no âmbito do movimento autonomista alemão dos anos 80 até sua ressignificação no contexto das manifestações de Seattle na virada do século. Para os ativistas, tratava-se de proceder à destruição seletiva da propriedade privada, de modo a atingir símbolos do poder global – bancos, grandes redes comerciais - e dar

¹⁷ Entrevistas com surfistas ferroviários, feitas por Patricia Junqueira Grandino nos anos 1990, puseram em evidência essa relação entre a experiência da violência nas periferias urbanas, a relação ativa com o risco de vida enquanto resposta ao risco e o uso do corpo enquanto suporte da subjetividade. (Peralva, 2001).

visibilidade à luta. Não podiam ser alvo pequenos comércios, pessoas ou animais. Em São Paulo, em 2013, registram-se episódios de forte impacto simbólico com ferimento de policiais em manifestações. Mas o episódio mais grave ocorreu no Rio, na Central do Brasil, durante o protesto de 6 de janeiro de 2014 contra o aumento das tarifas dos transportes. Nesse dia Santiago Andrade, cinegrafista da Band, foi atingido na cabeça por um rojão, morrendo pouco tempo depois. Pode-se dizer que 2013 terminou ali, e que a (vitoriosa) greve dos garis, na primeira semana de março de 2014, marcou o apagar das luzes do movimento. O que se viu em seguida foi uma intensa polarização política, que dividiu profundamente os brasileiros. Polarização que certamente explica a passividade com que o país hoje assiste à crise institucional em que se encontra imerso.

Vários relatos sugerem que a polarização começa já em junho de 2013 (Manso, 2014; Moraes et ali, 2014; Torinelli, 2014) com a expulsão de bandeiras de esquerda das manifestações. Manso (2014: 177-8) observa, nesse sentido, que em 20 de junho, com mais de um milhão de pessoas presentes nas ruas em todo o Brasil, “jovens pintaram o rosto de verde-amarelo e cantaram o hino do Brasil, o que revoltou alguns coletivos com influência autonomista e anarquista, que criticam justamente o atual sistema político nacional e o ufanismo acrítico.” Entre os Black Blocs entrevistados em Mascarados, muitos diziam ter-se sentido um dia próximos ao PT, mas viam Lula e Dilma como “traíras”. Mais uma vez é difícil separar essa polarização inicial do contexto Copa do Mundo, com as denúncias de obras superfaturadas e uma política repressiva que contou com a participação ativa do Planalto¹⁸. A isso se agregavam, no Rio de Janeiro, denúncias relativas ao projeto Olímpico, que levaram à ocupação, durante 40 dias, da calçada do prédio do então governador Sergio Cabral. Em 2014, os simpatizantes do PT defenderam a Copa; enquanto parte significativa do público com acesso aos estádios manifestou sua hostilidade à FIFA e ao PT. 2014 foi ano de eleições presidenciais. A pequena diferença de votos que garantiu a vitória de Dilma Rousseff - menos de 3 milhões e meio em mais de 105 milhões de votos válidos – mostrou mais uma vez um país profundamente dividido.

¹⁸ Em abril de 2013, o Datafolha registrava 90% de aprovação à realização da Copa no Brasil. O DataSenado, em abril de 2014, apontava 76% de opiniões críticas aos gastos com estádios e 86% ao uso dos recursos públicos que, estimava-se, poderiam ser melhor utilizados em áreas como saúde, educação e segurança pública. Os dois resultados não são contraditórios: é possível concordar com a realização da Copa no Brasil, sem concordar com a maneira como ela foi realizada.

II – Coletivos e redes

Foram feitas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, 14 entrevistas de caráter exploratório (perto de 20 horas de gravação) com membros de coletivos com alguma presença nas manifestações de 2013¹⁹. Alguns deles se haviam formado bem antes; outros formaram-se no bojo daquelas manifestações. Consideraremos, para efeito de análise, um 15º coletivo, objeto da pesquisa de mestrado de um membro da equipe²⁰. Os nomes dos coletivos serão citados, posto que têm existência pública, mas não os dos entrevistados.

	Surgimento	Perfil de atividade	Perfil membros	Implantação
MTST	1997	Lutas urbanas: ocupações e negociação moradia popular	Trabalhadores sem teto e universitários	Nacional
EDUCAP	2008	Lutas urbanas: articulação de redes de moradores	Moradores de favelas	Rio, Complexo do Alemão
Direitos Urbanos	2011	Lutas urbanas: ocupações (em 2013, ocupação da prefeitura, Movimento#OcupaEstelita), mas também diálogo com a Prefeitura e monitoramento das políticas públicas para a área urbana.	Arquitetos, urbanistas, jornalistas, artistas, membros do ministério público, advogados, profissionais liberais, cineastas	Recife
Assembleia Popular do Méier	2013	Lutas urbanas: participação nas orientações de gestão do bairro e tomada de decisões	Moradores	Rio, Grande Méier
Fora do Eixo	2002	Rede cultural	Artistas (música, teatro)	Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte
Projeção	2013	Comunicação política por projeção de vídeo, difusão da técnica	Comunicadores, professores, designers, diagramadores	Rio, S. Paulo, Lisboa, Nova York, Bogotá, Caracas
Vinhetando	2013	Produção de vídeos políticos (vinhetas)	Professores, publicitários, videastas	Rio de Janeiro
Fotógrafos Ativistas	2013	Produção de fotografias políticas	Fotógrafos profissionais e amadores	São Paulo
Agência Mural	2010	Dar voz à periferia	Jovens jornalistas de periferia	São Paulo capital e região metropolitana
Revista Vaidapé	2012	Luta por Direitos Humanos e temas culturais nas periferias urbanas	Estudantes de comunicação da PUC, ciências sociais USP	São Paulo
Midia Ninja	2013	Midiativismo	Encontro entre jornalistas profissionais e ativistas do circuito Fora do Eixo	Nacional
Ponte	2014	Jornalismo focado nos Direitos Humanos	Jornalistas profissionais e jovens jornalistas de periferia	São Paulo
Jornalistas Livres	2015	Midiativismo	Jornalistas profissionais	São Paulo, Campinas, São Roque, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte + rede de apoio nacional
Midia Independente e	2013	Midiativismo	Videastas ativistas	São Paulo, Minas Gerais, Estado do

¹⁹ Observações feitas durante um ano e meio nas páginas facebook de alguns coletivos orientaram a escolha dos contatos; também houve sugestões de parceiros.

²⁰ O coletivo Direitos Urbanos foi objeto da pesquisa de mestrado de Nogueira (2015).

Coletiva				Rio
Mariachi	2013	Midiativismo anarquista	Videastas, advogados, astrônomos, sociólogos	Rio, São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte

Essa seleção - não obstante seu caráter arbitrário e circunstancial - permite ilustrar três questões que permearam as mobilizações de 2013 : como alterar as atuais condições de vida no espaço urbano? Como enunciar objetivos para um movimento dotado de uma organização fragmentária, com uma pauta diversificada e que se pretendia autônomo em relação aos partidos²¹? Como organizar a informação em um contexto de monopólio e crise da chamada “mídia corporativa”?

Uma outra cidade

A centralidade da questão urbana nas pautas do movimento sugere uma reconfiguração considerável das lutas sociais no Brasil. Ela está presente de há muito nas lutas do MTST, hoje provavelmente a organização com mais forte capacidade de mobilização no país. Movimento de pobres urbanos, o MTST situa-se no entanto no ponto de encontro entre a universidade - com sua capacidade de exploração de problemas e de possíveis respostas a esses problemas - e esse potencial de mobilização ancorado em uma experiência social difícil e formado, como nas lutas populares dos anos 70, fundamentalmente por mulheres:

“As mulheres são a maioria dos ativistas. (...) O espaço da coordenação, as pessoas da integração nos movimentos, creio que 90% são mulheres”. Uma ocupação é um espaço de vida, de luta e de aprendizado: “No fim do ano passado, as mulheres [de uma das ocupações] me pediram um espaço de formação porque elas queriam aprender a falar em público. Então criamos um espaço onde elas se sentissem encorajadas a falar em público. Uma vez por semana fazíamos reuniões. (...) Há mulheres que fazem assembleias com 2000 famílias (...) mas no espaço da direção, no espaço mais político dos movimentos, ali onde a estratégia é debatida, elas não falam.”

EDUCAP foi criada em 2008 por moradores do Complexo do Alemão, com foco na saúde e nos direitos humanos. 22 voluntários e uma enorme diversidade de projetos. Nossa entrevistada – uma mulher – define-se como “articuladora de redes”. Enquanto fala, faz desfilir no computador centenas de grupos WhatsApp através dos quais a informação circula: “depois que surge o Zap, fortalece todo mundo, todo mundo comunica”. Grupos econômicos:

²¹Grau de autonomia que é objeto de infundáveis controvérsias.

“Eu tenho um grupo de empreendedores locais com o Sebrae. Eles divulgam o próprio trabalho. É o marketing que você não imagina que existe e ajuda na economia local. Eu quero comprar um salgado, hamburguer, não vou pro McDonalds, vou comprar aqui. Tem um salão que vai inaugurar, já criou um grupo, aí faz promoção... a economia local consegue girar. A pessoa faz de tudo com um celular. Eu consigo captar recursos com um celular.”

Grupos de comunicadores: Voz da Comunidade, Notícias do Alemão, Complexo do Alemão, Paz no Alemão, Coletivo Papo Reto, Ocupa Alemão, Defensores da Paz – a lista é longa:

“A gente está num território em guerra, precisa saber como está o território. (...) Teve um tiroteio na Nova Holanda. Alguém faz o vídeo do tiroteio lá de cima, manda, eu mando pra defensor público, pra televisão. Porque quanto mais a gente expõe a violência, a gente fica menos vulnerável, porque alguma hora alguém vai escutar. Um grupo de trabalho é um diário de campo, relato do dia a dia. Quando eu for preparar meu relatório, eu já tenho aqui as fotos do dia no evento, no hospital de Acari. Tem data. Eu não me perco também. E aí a gente tem a foto que registra, eu já sei o tema, grava tudo na memória.” Todo mundo tem celular: “a maioria tem celular de 300 reais, compra para pagar em 10 vezes, fácil”.

No MTST, grupos de WhatsApp também são muito importantes. Por eles passa toda a coordenação do movimento. Como no Complexo do Alemão, circulam sobretudo mensagens verbais, “porque muita gente não sabe ler nem escrever”.

Movimentos como o MTST ou coletivos como EDUCAP são sugestivos da força das redes sobre as quais uma população pobre e precarizada se apoia para sobreviver e viver, resistir e lutar. Mas a questão da cidade não está posta apenas para eles. Direitos Urbanos, coletivo recifense formado em 2011, conta entre seus membros inúmeras categorias de profissionais de classe média - arquitetos, urbanistas, jornalistas, artistas, membros do ministério público, advogados, profissionais liberais, cineastas – inquietos com o destino de uma cidade desfigurada por empreiteiras e políticos. Hoje a página facebook de Direitos Urbanos conta 30378 membros. Muitos participaram da luta contra a demolição do Edifício Caiçara, na Praia da Boa Viagem, que inspirou o filme Aquarius. Em sua forma atual, o coletivo data de dezembro de 2011, tendo-se formado no bojo da luta contra a desfiguração do pátio ferroviário Estelita – Movimento#OcupaEstelita - patrimônio arquitetônico no centro do Recife. A mobilização estendeu-se ao Coque, bairro popular vizinho, também ameaçado pelo projeto. A experiência dos “Ocupa” generalizou-se e diversificou-se. Além do #OcupaEstelita, houve ocupação da prefeitura em 2013 e vários outros “Ocupa” relâmpago ainda em 2015, como forma de pressão sobre vereadores e prefeito. Mas essa não é a única forma de luta. Como outros

movimentos, Direitos Urbanos explora diferentes modalidades de intervenção judicial e audiências com o poder público. Como o movimento curitibano Salvemos o Bosque da Casa Gomm (www.facebook.com/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/) ou o #OcupeCocó, em Fortaleza (Pinheiro, 2014), ou a Vila Autódromo no Rio de Janeiro (Bayer, 2017), reivindica-se “o direito do cidadão de se envolver no planejamento e na condução dos rumos da cidade”.

A Assembleia Popular do Meier, por fim, uma das muitas assembleias de bairro que se formaram no Rio de Janeiro, embora mais frágil do ponto de vista organizacional, manteve-se durante quase três anos. Exercício semanal de democracia direta, orientado para a reflexão sobre os problemas locais e para a disputa de espaços de gestão e poder. Pretendiam-se autônomos em relação aos partidos, quaisquer que fossem as preferências partidárias de seus membros. Tinham um grupo no Telegram para comunicação interna e uma página facebook. Definiam-se como “espaço aberto ao debate, por uma cidade mais justa e por uma zona norte libertária mais consciente”. Por que acabou? “Porque é cansativo. É um exercício bacana, mas é um exercício – de aprender a ter uma nova forma de lutar.” A página facebook da assembleia no entanto se mantém.

Em 2013, movimentos, coletivos e assembleias colocaram na ordem do dia a questão das condições de vida na cidade. Nela embutida, ou paralelamente a ela, outras estavam postas. Direitos humanos e violência policial, racismo e segregação dos pobres são questões cruciais na experiência das favelas. Em Brasília, movimentos indígenas tornaram-se visíveis na luta pela demarcação de terras e pela garantia de direitos culturais. Não obstante, em um contexto profundamente marcado pela organização de dois megaeventos esportivos, a questão da cidade ganhou importância central. E embora formado fundamentalmente por estudantes, o Movimento Passe Livre teve como horizonte a questão da mobilidade urbana e as tarifas do transporte coletivo. A importância nacional da mobilização promovida pela ANCOP, na resistência contra a brutalidade das remoções ligadas à preparação da Copa do Mundo, também se inscreve na ideia da luta por uma outra cidade. E não se trata apenas de participação na gestão. Se a participação está em pauta é porque há um conflito profundo de orientações em relação a que cidade queremos.

Arte como ferramenta

Em um contexto de extrema fragmentação da ação coletiva organizada, como construir um quadro cognitivo capaz de explicitar os rumos de um movimento geral? Em projeto

que deu origem a esta pesquisa²², Nathalie Paton formulou a ideia de que a construção desse quadro cognitivo era obra de coletivos de artistas. Mais precisamente: trata-se de coletivos formados, não por artistas em sentido estrito, mas por ativistas que propõem uma tradução emocional e estética do movimento a partir de materiais e linguagens diversas, como o vídeo ou a fotografia, o teatro ou a música²³. No bloco dos quatro coletivos com esse perfil, que entrevistamos – Fora do Eixo, Projetação, Vinhetando e Fotógrafos Ativistas – Projetação foi o que formulou mais precisamente essa ideia. Nas manifestações de junho de 2013, um comunicador de empresa notou que a mídia não conseguia entender as várias demandas da multidão:

“Lgbt, negros, moradia, educação, liberdade pura e simples”. Alguém disse: “não tem pauta”. E esse comunicador respondeu: “tem pauta, sim” e quis tornar isso mais visível: “Vou escrever em letras garrafais para que vocês entendam qual é a pauta; e que entendam que são várias, que a gente assume pluralidade.” “Esse comunicador no começo dizia : vou prestar um serviço. Da manifestação para os manifestantes e para a cidade. Começa a projetar e aquilo chama a atenção na hora de quem é designer, comunicador. (...) Ele virou um ponto de convergência.”

Na trajetória do coletivo, é importante a ideia de que são uma ferramenta a serviço dos movimentos.

“Uma plataforma de ação e não uma plataforma para a nossa ação. (...) Uma rede que preza autonomia e lugar de fala. Se é uma questão negra, é importante para nós, como comunicadores e midiativistas, que o lugar de fala da queixa e a denúncia sejam o do grupo da vítima.”

A decisão de publicar ou não na página facebook a foto de uma vítima de violência policial também pressupõe o consentimento da própria vítima:

“Estou com a Fulana aqui do lado, ela disse que pode viralizar”; ou: “esse rapaz é do Complexo do Alemão, mora na favela, não divulga a imagem dele”.

Vinhetando também foi criado em 2013, reunindo universitários, profissionais da área de publicidade e pessoas de variadas competências. Um deles “teve a ideia artística de fazer vídeos das manifestações – vídeos curtos, de 1 a 2 minutos – e incrustar a fala de um ministro. A imagem, a fala e um fundo musical.”

“Tínhamos uma boa relação com o coletivo Projetação. Às vezes íamos juntos pra rua e eles projetavam nossos vídeos, que eram como vinhetas – daí Vinhetando”.

²² Cf. “L’hybridation des arènes de la e-participation militante : le cas du mouvement social de São Paulo“. In Julien Figeac (dir.). Liens Socionumériques et Technologies (mobiles) de l’Information et de la Communication (LisTIC) : <https://listic.irit.fr/>

²³ Essa tradução estética é também feita por indivíduos, membros de coletivos que não têm essa vocação específica. O vídeo Cabeça de Prédio do Movimento#OcupeEstelita, a que antes nos referimos, é um belo exemplo disso. <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>

Evitavam o streaming e preferiam editar os vídeos para não mostrar cenas de quebra-quebra contra bancos, comprometendo pessoas. Como *Projeção*, *Vinhetando* reivindicava sua autonomia frente aos partidos: “se você trabalha para um partido, você perde sua liberdade”. Divisão de trabalho em função das competências: um era bom nos vídeos, outros na busca de informações e redação de textos, outro ainda no feedback em relação à influência por eles exercida sobre as redes sociais e as técnicas para aumentá-la. O coletivo está menos ativo, mas o grupo não desapareceu. Há não muito tempo, uma discussão sobre o trabalho efetuado reuniu vários coletivos próximos.

Em São Paulo, *Fotógrafos Ativistas* foi criado em meio às manifestações de 2013, na tentativa de responder a três necessidades: “enfrentar o governo, mostrar o que estava acontecendo, proteger os profissionais”. Os fundadores vieram do *Fora do Eixo*.

“A informação é uma poética. A gente trata a foto de uma forma mais bonita e cria um texto mais político. A gente gosta de fazer texto, imagem, nada daquilo chapado que o jornal faz. A gente faz audiodescrição.”

Também evitavam o streaming, sempre que possível: “às vezes não ia hoje, ia na madrugada. A divulgação era em massa. Não tinha nem tantos likes, mas o compartilhamento era gigantesco.” Formaram um coletivo de coletivos, que depois declinou: “tínhamos reunião de 40 pessoas. Não dá. Nessa hora a informação se torna desinformação.”

“A gente está voltando com outra roupagem. A gente trabalha mais com a questão legal. Trabalhamos com a Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos. Eles são ligados aos órgãos reguladores da profissão de jornalismo e fotojornalismo. A gente está tentando um vínculo.” “Hoje alguns coletivos conseguem criar pautas para uma *Vice*, um *El País*, jornais mais abertos.”

Um financiamento que perenize a atividade é necessário.

“Às vezes você tem uma manifestação, tem necessidades de transporte, alimentação. A gente tenta financiamento no *Kickstarter*, ou pautas prontas para alguns canais.” Também funcionam como rede de solidariedade. “Nesses três anos, teve fotógrafo que perdeu a câmera, a gente ajudou a comprar uma nova; quando eu fui preso pagaram a fiança; perdeu o celular, ajuda a comprar outro. Os advogados ativistas ajudaram sem cobrar.”

Os coletivos funcionam em condições econômicas precárias. O último deste bloco, *Fora do Eixo*, é o mais antigo e o mais conhecido. É também o mais rejeitado pelos outros coletivos, submetido ao que chamam de “tribunal digital” – em razão da proximidade com o PT, mas não apenas; criticados também pelo seu modo de vida, posto que os 60 militantes distribuídos por quatro casas no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Belo

Horizonte vivem uma experiência total – um pouco à maneira dos primeiros kibutz israelenses, ou das comunidades alternativas alemãs dos anos 70 (Cohn Bendit, 1975):

“Os filhos do FdE são 5 lá em Brasília. Tem um debate de maternagem, paternagem, a gurizada começa a ir para a escola. Tem vários debates: armário coletivo, xepativismo...”

Na origem, o coletivo Cubo, cena cultural independente e autoral formada em Cuiabá em 2002 a partir da universidade. Já aí, “criação do conceito dos 4 pilares: distribuição, comunicação, sustentabilidade e circulação de pessoas”. E, em resposta à escassez de reais, a invenção de uma moeda própria, o FdE card, que permitisse a troca de serviços dentro e fora do coletivo. Em 2005, um encontro da ABRAFIN (Associação Brasileira de Festivais Independentes) permitiu descobrir a existência de outros coletivos semelhantes vindos de outras cidades. Aí se formou o Fora do Eixo enquanto rede nacional. Estudantes, músicos, jornalistas: “todos vêm da cultura de uma certa forma”. Mesmo o princípio de autoria na criação artística é coletivo, exceto quando agrega pessoas de fora e, nesse caso, a assinatura coletiva, FdE, figura ao lado da assinatura individual.

“Até 2012 tem um forte trabalho do FdE para conectar o máximo de coletivos com uma agenda com pauta da música. E aí, toda uma relação com o Ministério da Cultura. Começa um outro nível de articulação.”

Em 2013, com o protagonismo da Midia Ninja – emanção do Fora do Eixo – o coletivo foi alvo de muitas críticas.

“Essa história do machismo, isso foi uma das coisas. No FdE, a maior equipe são mulheres. Coordenação e gestão, são mulheres. A gente só ficava mais nos bastidores. Dentro das regiões, havia ícones masculinos, mas agora é um movimento totalmente reverso. As figuras femininas é que estão fazendo as conexões com a América Latina, viajando pelo mundo. Então, é a nossa capacidade de assimilar a crítica e devolvê-la dentro da nossa prática.” “Hoje a gente faz uma análise que [esse sucesso da Midia Ninja] teve um efeito de direita em cima do nosso processo e que imediatamente a gente tinha apoio e patrocínios de empresas e isso acaba desidratando. A inquisição digital fez com que a gente se fortalecesse muito enquanto princípio, comunidade.”

Midiativismo

2013 viu emergir uma nebulosa de coletivos de mídia alternativa com vocação a se substituírem, pelo menos parcialmente, a uma mídia corporativa em crise e hostil ao movimento, embora de fato interagindo com ela. Entre os sete que entrevistamos, cinco mantêm relações complexas e ambivalentes com o jornalismo profissional; e dois são

coletivos de ativistas estrito senso. Tal é o caso da Mídia Independente e Coletiva e do Mariachi, que surgiram praticamente ao mesmo tempo.

"Havia no Brasil pequenas iniciativas de comunicação popular independente. Mas o que há no Brasil é um monopólio, uma centralização da informação nas mãos do capital. O que ocorria nas ruas não chegava para a população. Os coletivos de mídia, por meio da internet, começaram a mostrar. O primeiro caso prático foi o do Bruno, (...) preso no dia da chegada do papa [ao Rio de Janeiro]. Policiais infiltrados jogaram coquetel molotov e disseram: (...) foi esse rapaz. E aí as mídias independentes se reuniram e fizeram um vídeo, editado [por um videasta] da Mídia Ninja, que inocentou o Bruno. (...) A segunda fase é o processo de comunicação das favelas. Antes a gente só cobria protesto e coisas que aconteciam na zona central e sul, na classe média. E a partir da repercussão, o pessoal das favelas começou a nos chamar pra mostrar o que estava acontecendo. Agora é a segunda fase, mostrar a guerra urbana nas comunidades, produzida pelo Estado. A terceira fase é o Coletivo Papo Reto - as pessoas das comunidades sendo os comunicadores sociais."

Os primeiros vídeos foram postados nos perfis de cada um. Mas logo uma marca é criada para proteger os militantes da polícia.

"Dissemos: vamos refundar o CMI. Depois soubemos que o CMI existia. Então resolvemos homenagear o CMI original. MIC é um anagrama. Hoje o Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro e a MIC são praticamente fundidos." "A partir do Ocupa Cabral e outros processos, e a partir do contato com (...) a Organização Anarquista pela Liberdade, começamos a freqüentar [algumas aulas] no Quilombo das Guereiras. Após o 20 de junho, surgem duas organizações dissidentes do modelo pacifista que criminalizava a tática Black Bloc – a Frente Independente Popular e a Assembleia do Largo." (Uma é anarquista, a outra não.) "Houve uma grande reunião na Casa Nuvem - casa freqüentada por artistas, de viés anárquico, abriram um espaço para midiativistas. Os coletivos se conheceram e ali foram criadas as primeiras alianças. E ali começam os primeiros processos da MIC com a América Latina; porque vem um quadro do midiativismo zapatista pra essa reunião. (...) Ele veio e começou essa inter-relação México, Guatemala e Chile. E começou a rede de tambos. Era uma coisa que havia no antigo império inca, onde ficavam as pessoas que levavam informação. [Ele] transmitiu a idéia. Nisso a MIC cresceu, ganhou repercussão." "O site vem quase dois anos depois. Demorou, porque foi uma articulação muito grande com as pessoas. Alguns coletivos não quiseram participar. Mas a base é o Mariachi e a MIC."

Toda essa atividade tem custos:

"Hoje é feito de forma colaborativa ou dinheiro do próprio bolso. Às vezes recebemos ajuda de outros coletivos." "Apoio dos mexicanos, pessoal da Guatemala, e a gente financia projetos dessa forma. (...) Anúncios, fundações, de jeito nenhum." "Teve uma reunião para se criar uma organização chamada Pequena Mídia. E essa organização lutar por financiamento de todas as formas possíveis. Nós participamos do Pequena Mídia, mas não aceitamos a questão do financiamento. Nós participamos só com o nosso processo político, ideológico."

A palavra Mariachi, de origem mexicana, designa uma formação de músicos ambulantes. Definem-se como “coletivo anarquista de midiativismo fundamentado no princípio da liberdade e respeito à pessoa humana (...) e [visando] à amplificação da voz do oprimido”. Têm quase 174000 seguidores no facebook. “Funcionamos como hub, compartilhamos...” Acompanharam várias campanhas e manifestações: pela liberdade de Rafael Braga, ocupação do Colégio Pedro II, campanha em defesa da UERJ... Nosso entrevistado fotografa, produz vídeos e documentários. As discussões internas são diárias e freqüentemente versam sobre questões editoriais. Se o artigo é de um editor, pode ser publicado com a assinatura do coletivo. Mas se há divergências, o autor é obrigado a se identificar e assumi-lo como posição pessoal. A página facebook do grupo saiu do ar seis vezes, sem que a razão precisa jamais tivesse ficado clara. Em 2014, numa manifestação no centro do Rio, nosso entrevistado foi preso com outros ativistas. Teve a cabeça raspada e presenciou um companheiro de prisão ser punido com a palmatória. Desconfiança em relação aos políticos:

“Fomos visitados por Freixo. Eu tinha sentimentos contraditórios em relação a ele. Ele mandou um advogado para se ocupar de nós.”

O canal YouTube do coletivo, do mesmo modo como o da MIC, contém um arquivo com centenas de vídeos, que são um importante registro histórico das manifestações de rua desde 2013.

A Agência Mural e a Revista Vaidapé têm características muito diferentes do ativismo da MIC e do Mariachi. São estudantes de jornalismo e/ou jovens jornalistas recém-formados de São Paulo, interessados pelas periferias urbanas.

“A Agência Mural nasceu como um blog – na verdade, um treinamento. Um repórter da BBC recebeu uma bolsa do ICFJ (International Center for Journalists) e veio para o Brasil treinar jornalistas. Naquela época, éramos estudantes. Ele nos deu algumas pistas sobre o uso dos telefones celulares, câmeras e a leitura daquilo que os principais órgãos de imprensa estavam dizendo sobre a periferia de São Paulo. Foram formados três grupos de 20 pessoas. Usávamos Wordpress para escrever artigos. Enquanto grupo que conhecia bem os bairros populares de São Paulo (ele viveu durante anos em Paraisópolis), desenvolvemos uma competência específica: éramos capazes de entender o que ali ocorria do ponto de vista dos moradores.” Graças à mediação de uma outra jornalista, “em 2009 nos tornamos um blog hospedado pela Folha de S. Paulo” “Desde 2010, publicamos mais de 1500 artigos e várias reportagens.”

Há dois anos, criaram a agência porque as atividades se diversificaram: ateliês nas escolas sobre a imagem da periferia e dos jovens da periferia, sobre como ler os jornais.

Têm uma parceria com a Global Voices, rede internacional de blogueiros, tradutores e jornalistas: “nossas histórias foram publicadas em várias línguas”.

“Temos uma parceria com o editor cultural da Folha de S. Paulo, toda semana publicamos alguma coisa no jornal papel.” “Entrevistamos gente que nunca é entrevistada, gente invisível. [A ideia é de] pluralizar as vozes e trazer as favelas para o centro da informação.” O material é produzido e acessado graças aos Smartphones. “As pessoas têm mais telefones ou computadores [do que antes]. O acesso é bastante bom nas periferias. Há lugares onde não é bom. Mas as pessoas trabalham no centro e elas recebem a informação no ônibus, têm duas a três horas de transporte. Não conheço ninguém que não tenha um bom telefone.”

As condições de financiamento são sempre difíceis. Um crowdfunding no Catarse foi feito em março deste ano.

Quanto ao coletivo Vaidapé, ele foi criado no final de 2012 por estudantes de comunicação da PUC.

“A gente queria começar como uma revista impressa. Lançamos um projeto piloto (...) que tinha mais a intenção de ser uma publicação gratuita com uma característica mais artística, outro conceito gráfico. Com o passar do tempo ainda dentro da PUC outros jornalistas começaram a se envolver com o projeto e isso tomou outra forma. Criamos uma conta no wordpress, conta facebook e começamos a divulgar reportagens, matérias, artigos, pela internet. Isso foi pouco antes das jornadas de junho de 2013.”

Definem-se como autonomistas de esquerda, críticos à gestão petista – principalmente na questão agrária e dos povos tradicionais. O financiamento vem de editais. O custo da revista impressa é muito alto e absorve a quase totalidade dos recursos.

“A única verba está financiando oito pessoas ganhando 500 reais por mês”.

“A gente optou (...) por não cobrir tanto a política institucional, porque a política também está acontecendo nas ruas e muitas vezes outras formas de ação política não têm tanto respaldo na grande mídia (...) Mas ao mesmo tempo a gente entende a ingerência da política institucional nesse tipo de vivência. Eu lembro uma matéria que fiz na gestão Haddad, uma favela que tinha pegado fogo no centro de São Paulo. Eu liguei para a Secretaria de Habitação e o assessor falou que as favelas pegavam fogo pra chamar a atenção; eu estava gravando a ligação e soltei a matéria.”

“A gente sempre buscou ter diálogo com a periferia. (...) A aproximação maior foi quando fizemos o Estéticas da Periferia. A gente fez uma cobertura colaborativa.”

“[Aos poucos], a gente começou a entender a importância das múltiplas plataformas para a comunicação. A nossa revista, a maior tiragem foi de 5 mil exemplares. Tem post nosso que tem 20 mil visualizações no site. A rádio comunitária tem um alcance curtíssimo, mas tem transmissão ao vivo.”

No começo, a revista era fundamentalmente cultural. “A partir de 2013 foi entrando mais pro jornalismo. Um ponto de virada foi junho. Cobrimos manifestação com vídeo, texto, e a página ganhou repercussão. Produzimos alguns vídeos com a Carta Maior, chegaram a ser exibidos na TVT: ocupação e moradia no extremo sul (de são

Paulo).” “Com essa verba dos freelas alugamos uma sala, começamos a estruturar melhor.”

Em 2014, outro ponto de virada.

“A gente criou o Centro Ocupado de Produção Alternativa, para cobrir a Copa do Mundo por um viés dos movimentos sociais e coletivos de mídia.”

Entrevistaram os movimentos, organizaram coletivas, rodas de conversa. Al Jazeera e a BBC apareceram na redação do COPA. Convidados naquele ano para fazer a campanha do PT, recusaram...

Também diferentes dos anteriores, os três últimos coletivos que abordaremos situam-se no ponto de encontro do midiativismo com os profissionais da imprensa. Um artigo de Bruno Torturra, publicado na Revista Piauí de dezembro de 2013, relembra as demissões maciças que ocorreram em junho daquele ano nas principais redações de São Paulo. Naquele momento, ele próprio foi mandado embora da revista onde trabalhou por onze anos. Uma carta dirigida a esses novos desempregados convidava-os a participar da estruturação da Mídia Ninja, já presente no facebook desde março. A carta postulava que a crise estava afetando o modelo comercial de produção e difusão da informação; mas isso não podia significar uma derrota do jornalismo. Declinava apenas o modelo industrial, vertical, dependente de recursos publicitários e de uma ampla circulação. Se das redes de inteligência coletiva viesse a emergir um modelo capaz de manter e arejar a profissão, talvez o jornalismo pudesse ser reinventado. Uma reunião convocada no centro de São Paulo teve participação confirmada por 300 pessoas. A reunião foi inviabilizada por uma grande manifestação, intensamente reprimida pela polícia. As relações entre jornalismo profissional e midiativismo, no entanto, desde então não cessaram, embora tornando-se mais complexas do que o antevisto nesse projeto inicial.

O sucesso da Mídia Ninja veio da generalização das filmagens ao vivo e da simplificação do crowdsourcing. No começo de 2011, um jornalista filmou por casualidade uma manifestação com forte repressão policial no centro de São Paulo. E começou a mandar tuítes sobre o que estava vendo. Com a repercussão, foi procurado pelos movimentos, que o convidaram a filmar ao vivo a nova manifestação que iriam organizar. “Consegui o equipamento e a gente fez a filmagem. A manifestação reuniu 30 a 40000 pessoas; mas foi visualizada por 90000.”

“Depois disso, conseguimos organizar as seqüências (6h30 de filmagem) e criamos um canal – pós-TV – com ativistas.”

Dessas experiências surgiu, no fim de 2011, a ideia de uma mídia alternativa, organizada a partir de um coletivo que reunisse jornalistas profissionais e jovens ativistas. “Quando todo mundo começou a falar da Mídia Ninja, não tínhamos nem website.”

O crowdsourcing – tal como praticado hoje pelo midiativismo – foi inventado em Seattle. A proeza tecnológica da mídia alternativa naquele momento teria consistido em reunir gravações em áudio e vídeo enviadas por uma massa de ativistas postados ao longo das ruas de Seattle e editar esse material através de documentários que alcançaram grande repercussão (Downing, 2002). O advento do web 2.0 – do qual a plataforma facebook é um dos expoentes - reconfigurou o acesso e a difusão da informação, em um contexto de evolução tecnológica extremamente rápida, que fez o sucesso da Mídia Ninja.

“A gente começou a cobrir os atos com um carrinho de supermercado que tinha uma maquinária gigante. E aí, por acaso, o Carioca descobre esse aplicativo [o tweetcaster], ele baixa e diz: ‘gente, estou indo fazer a cobertura com esse aplicativo’. E foi nessa noite que tudo estourou. A gente desponta na rua tendo esse olhar ao vivo, tendo mais audiência que as mídias tradicionais e corporativas. E aí a gente começa a publicar a tecnologia daquele dia para todo mundo: ‘o tweetcaster funciona assim...’ Isso tudo era pelo twitter na época – tinha que tuitar para jogar no facebook.”

A marca “Somos todos NINJA” nasceu ali: “O fato de que jovens muito jovens, que gostavam de nós, queriam trabalhar para nós criou um novo ponto de inflexão: de iniciadores passamos a editores.”

A Ponte, criada em 2014, e os Jornalistas Livres, em 2015, inscrevem-se na continuidade desse movimento. A Ponte procurou cobrir o vazio deixado pela ausência, na grande imprensa, de uma cobertura de qualidade sobre a violência na periferia e a questão dos direitos humanos. Aliou jornalistas experimentados e jovens jornalistas recém-formados.

A tensão entre jornalismo profissional e as “narrativas” ativistas é palpável²⁴:

“ [Na Ponte] há muita gente que vem de bairros pobres de São Paulo. São jornalistas e não gostam da polícia. Isso é muito forte. Detestam a polícia porque amigos deles morreram, porque foram espancados e sofreram muito. E agora são jornalistas. Então se tornaram um movimento. Eu acho interessante, mas não é uma coisa que eu quero fazer.”

Essa tensão está presente igualmente entre os Jornalistas Livres, que surgiram no momento em que cresciam as manifestações pelo impeachment, cobrindo contra-manifestações que interessavam pouco à mídia tradicional. O “núcleo duro” é formado por 18 jornalistas profissionais, que no JL fazem trabalho voluntário. A expressão

²⁴ Ao evocar em uma reunião sua condição de repórter, um jornalista profissional conta ter ouvido de um ativista bem jovem da Mídia Ninja: “Você não é mais um repórter, você é um líder político!”

“núcleo duro” remete ao fato de que também dispõem de uma rede de colaboradores para o crowdsourcing.

“O JL, nós definimos como uma rede de mídia livre que faz jornalismo, apuração, tem compromisso com os Direitos Humanos e tem muito a preocupação dos fatos. Não é ativismo puro e simples.”

Em um contexto de crise da imprensa, o midiativismo foi hostilizado e encarado com desconfiança pelos profissionais. No Roda-Viva de agosto de 2013, onde Bruno Torturra e Pablo Capilé foram entrevistados, as duas primeiras perguntas a eles dirigidas por Mario Sergio Conti, coordenador do programa, foram: vocês fazem jornalismo? como vocês se financiam? E no entanto, apesar da hostilidade, as duas formas de jornalismo têm não apenas convivido, mas tecido entre elas relações complexas. Há um mimetismo da grande imprensa em relação a formas de transmissão da notícia que fizeram o sucesso do midialivrismo nas redes sociais. O Estado de S. Paulo tem uma entrevista diária ao vivo no facebook, com comentários sobre acontecimentos políticos e o formato é exatamente o mesmo da mídia alternativa. A rede Globo adotou o Smartphone para filmar manifestações de esquerda, inclusive porque seus cinegrafistas circulam dificilmente nesses espaços com o logo da emissora²⁵.

Um dos elementos que informa essas relações entre mídia corporativa e midiativismo é a questão da visibilidade. Muitos midiativistas compram visibilidade no facebook, ao passo que outros consideram essa estratégia inútil:

“Se você tem 60 pessoas que te seguem, você fica numa bolha; mas se você tem 200, 250 compartilhamentos a nível do país, você explode a bolha. A gente [Midia Ninja] sabia disso e tinha os meios para contornar. A gente anunciava: vamos fazer uma transmissão daqui a duas horas. As pessoas ficavam em stand by e compartilhavam. Muita gente em muitos estados compartilhava. O problema não é apenas ter muitos compartilhamentos; é também onde você está. E aí o algoritmo ‘dizia’: isso é importante.”

O vídeo que, em 2017, mostrou uma criança, João Vitor, sendo arrastada por seguranças do restaurante Habib’s em São Paulo, foi obtido por um jornalista da Ponte, que também trabalhava para a TV Record. O vídeo foi projetado nos dois canais e alcançou muito rapidamente um recorde de visualizações. Entre os Jornalistas Livres, um dos editores compartilhou, mas logo excluiu, com o argumento de que a cena era forte.

²⁵ Em 16 de dezembro de 2016, Leilane Neubarth apresentou ao vivo, na Globo News, uma manifestação na Avenida Paulista contra a PEC dos gastos. Ao transmitir imagens do ataque à FIESP, disse: “por enquanto, nós não sabemos que prédio é esse; só sabemos que fica na Avenida Paulista”. Transmissão feita sem edição prévia e sem comentário de acompanhamento.

“Aquele situação teria que ser mostrada de algum jeito, porque [o Habib’s] era uma rede grande que patrocinou o golpe. [Mas] a gente ficou na retaguarda. Quando passou uma hora da publicação da Ponte, a grande mídia começou a dar o vídeo, a falar da morte do garoto, questionar o processo de segurança. Talvez, se a Ponte não tivesse publicado, isso não teria acontecido. Esse era um papel que deveria ter sido nosso. (...) Aí a gente começou a fazer uma cobertura mais intensa de falar com a família, acompanhar as manifestações na frente da lanchonete, para suscitar o debate. Essa coisa dos editores, às vezes tem que usar a intuição.”

O outro lado dessa construção complementar da visibilidade é a incorporação a baixo custo pela grande imprensa de uma mão de obra precarizada. Ter um blog na Folha de S. Paulo é um ganho de visibilidade para a Agência Mural. Vaidapé se perguntava se seria ou não aceitável integrar a plataforma de um jornal de esquerda. Ter visibilidade significa ganhar pontos para concorrer a editais e o acesso ao financiamento é difícil. Para os jornalistas profissionais, no entanto, isso pode ser visto como um problema.

“Nós estamos canibalizando a nossa profissão e isso me incomoda muito. Muita gente como Carta Capital ou El País quer publicar coisas nossas, mas de graça. Aí eles publicam nossas coisas e mandam embora os jornalistas deles. Eu acho isso insuportável. Não somos ativistas, somos jornalistas, é a nossa profissão. Precisamos de tempo, dinheiro, investimento.”

Alguns órgãos de mídia alternativa, mais distantes do ativismo, têm obtido recursos de fundações – Open Society, Fundação Ford – que colocaram a questão da imprensa em suas agendas: “se a imprensa entra em colapso, é o colapso da democracia.” Mas esse apoio permanece limitado no tempo. O financiamento participativo é outro recurso utilizado, mas responde apenas a situações emergenciais. Apesar das dificuldades, a maior parte deles mantêm um grau de organização e um potencial de mobilização que contrastam com a debilidade atual dos protestos.

III – O legado de 2013 e a agenda política brasileira

Os coletivos que entrevistamos afirmam no cenário político um modelo de ativismo relativamente novo: grupos pequenos e flexíveis, por oposição às grandes estruturas associativas e sindicais do passado. Mas, ao contrário do que sugerem alguns²⁶, não são efêmeros. Em um momento marcado pela redução do número e do tamanho dos protestos, a comunicação interna às redes, via WhatsApp e/ou Telegram, parece ter-se tornado mais importante do que a comunicação externa via facebook. Nessa plataforma, os efeitos de bolha suscitados pelos algoritmos representam um obstáculo, ainda que conjuntural, à visibilidade das mensagens. Que nos dizem esses coletivos do ponto de

²⁶ Para um balanço da literatura francesa, cf. Sawicki e Siméant, 2011.

vista da agenda democrática brasileira? Duas questões pelo menos merecem reflexão: a pauta e o conteúdo das lutas; e a relação com o sistema político e o quadro institucional. No que se refere à pauta, dois grandes blocos de problemas apareceram: o da cidade desejável e o da mídia desejável. Na cidade desejável, haverá resposta ao déficit e à qualidade das moradias populares (MTST) ; o direito à vida das populações pobres será garantido e a violência policial contra elas eliminada (EDUCAP, Coletivo Papo Reto). Mas, para que isso ocorra, é preciso que o espaço urbano deixe de ser seqüestrado pelos interesses das empreiteiras que desfiguram cidades com o beneplácito de políticos (Direitos Urbanos) e que recursos públicos não sejam maciçamente desviados para servir interesses privados como ocorreu durante a desastrosa organização da Copa do Mundo no Brasil (Ancop). Todos esses coletivos parecem reconhecer-se no objetivo de construir cidades inclusivas, sustentáveis e justas.

A centralidade do urbano na pauta dos movimentos sugere um deslocamento de conflitos por algum tempo construídos em torno de relações de trabalho para conflitos enraizados na cidade. A saída de uma sociedade de assalariados e a importância crescente do empreendedorismo individual certamente contribuíram para esse deslocamento²⁷. As lutas urbanas, por outro lado, não são propriamente uma novidade no cenário político brasileiro. Elas permeiam toda a história do país – e, às vezes, a própria história da urbanização, conforme mostrou Lucio Kowarick (1979) para o caso de São Paulo. Uma vasta literatura sobre lutas urbanas foi produzida na década de 1980²⁸. Tratava-se de reivindicações por escolas, centros de saúde, hospitais, pavimentação de ruas, esgotos – lutas importantes, sem dúvida, sobretudo em um contexto de abertura democrática, e que apontavam para uma significativa dinâmica de mobilização dos pobres. Mas lutas que não se inscreviam ainda tão claramente – como agora – num conflito em torno dos sentidos do urbano.

A existência de uma imprensa alternativa também não é um fenômeno novo (Downing, 2001). Mas a democratização do acesso à Internet, e o uso intensivo da plataforma Facebook no Brasil (102 milhões de usuários em 2016, dos quais 93 milhões conectados através de telefones celulares) favoreceu a multiplicação de experimentações que

²⁷ A China, nesse sentido, é um exemplo interessante. Pátria de um novo empreendedorismo individual e familiar, o país viu multiplicarem-se em seu território conflitos estreitamente ligados às condições de vida nas cidades e à questão do meio ambiente. Cf. Roulleau-Berger, 2016.

²⁸ Sem poder revisitar essa literatura, vale pelo menos lembrar o texto de Ruth Cardoso (1984), referência incontornável para um balanço do período; e a tese de Eder Sader (1987).

modificaram duravelmente o panorama da informação no país, ao mesmo tempo em que coincidem com uma crise profunda do jornalismo. Mídia corporativa e alternativa concorrem nas redes sociais, ao mesmo tempo em que se completam, influenciando sobre suas pautas respectivas e desenvolvendo formas menores, às vezes mesmo perversas de colaboração. Embora importante, essa ruptura experimental do monopólio da informação não pode ser uma resposta suficiente ao seqüestro da imprensa escrita, radiofônica e televisiva por grandes grupos econômicos. A irrupção nas redes sociais de um sem número de coletivos de midialivristas, blogueiros e plataformas semi-profissionais de jornalismo corresponde a um momento de resistência que não poderá ser perenizado sem uma reflexão profunda sobre as condições de democratização da mídia no país.

Mas há em jogo outra questão importante – a dos espaços de deliberação e decisão. Foge ao escopo deste trabalho analisar o processo através do qual, na continuidade das jornadas de 2013 e mais claramente a partir de 2014, os protestos se converteram em oposição aberta ao governo Dilma Rousseff, culminando com o golpe parlamentar que a levou ao impeachment. Sem entrar no mérito da discussão sobre o grau de continuidade ou de descontinuidade entre esses dois momentos²⁹, importa reafirmar os traços democráticos característicos dos coletivos que investigamos e das manifestações de 2013: respeito ao “lugar de fala” dos envolvidos na luta, reconhecimento do protagonismo das mulheres e sensibilidade às questões de gênero, sensibilidade autonomista e libertária, vontade de impedir o “aparelhamento por parte de partidos e organizações políticas”³⁰. Esses movimentos viraram as costas ao sistema político-partidário, criando zonas de autonomia e espaços horizontais de deliberação, ainda que efêmeros: ocupações, assembleias, espaços de vida comunitária. A proliferação de coletivos de mídia alternativa inscreve-se na mesma lógica: a da ruptura com o

²⁹ Todo movimento social comporta germes de um anti-movimento, como constataram Alain Touraine e outros (1982) em estudo sobre o sindicato polonês Solidariedade. Por eles considerado o mais importante movimento social do século XX, Solidariedade combinava uma tripla dimensão classista, democrática e nacional. Em seu declínio, que a pesquisa pôde registrar, haviam-se tornado claros os traços de xenofobia e anti-semitismo nele presentes. Mais tarde, a categoria “anti-movimento social” informou uma série de pesquisas de Michel Wieviorka sobre o terrorismo, o racismo e o anti-semitismo.

³⁰ Essa vontade não data de 2013. Em depoimento sobre a manifestação, fortemente reprimida, de 26 de setembro de 2000 em São Paulo, contra o FMI e o Banco Mundial, Pablo Ortellado e André Ryoki (2004) indicam: “ Fizemos um esforço grande para mobilizar movimentos sociais amplos, mas procuramos restringir a participação dos partidos políticos que têm um amplo e unívoco histórico de aparelhamento dos movimentos. Com o passar do tempo, no entanto, ficou claro que nosso movimento seria formado, sobretudo por ativistas de grupos contraculturais e socialistas libertários, dos movimentos estudantil independente e ecologista radical”.

monopólio de fala dos grandes órgãos de comunicação e, em muitos casos, o esforço de recuperação da autonomia profissional do jornalista³¹.

A eclosão dessa experiência democrática é coerente com uma dinâmica social definida pela elevação dos níveis de escolaridade e de acesso à cultura, pelo crescimento do acesso à informação através das redes sociais e pela importância e flexibilidade das formas horizontais e colaborativas de ação, marcadas pelo “minimalismo organizacional” (Machado, 2007). Essa experiência contrasta com os princípios hierárquicos e delegativos da representação, próprios dos regimes eletivos. Em um contexto de graves dificuldades institucionais, vale lembrar que uma delas, a chamada “crise da representação”, observa-se também em outros países, embora com expressões um pouco menos dramáticas. Que leitura fazer desse contraste?

Em um extenso rastreamento da experiência democrática, Bernard Manin (2012) mostra que o sorteio, e não o voto, foi a principal forma histórica de designação dos dirigentes na democracia. Só ao fim do século XVIII, na esteira das revoluções francesa e americana, e não sem controvérsias, a figura dos representantes eleitos e os governos representativos generalizaram-se e afirmaram-se como nova expressão legítima da democracia. A natureza democrática do sorteio derivava do caráter aleatório da escolha dos dirigentes - todos sendo considerados igualmente aptos a exercer funções de governo, em caráter rotativo, e sob controle dos demais. A representação, ao contrário, visava a formação de uma elite governante, superior e distinta dos governados. A hipótese de Manin é de que a legitimação dos governos representativos está ligada à “universalização” do voto³². Ao mesmo tempo em que o acesso ao voto era autorizado a uma população socialmente heterogênea, tratava-se de reservar os espaços de deliberação a categorias reconhecidas como hierarquicamente superiores. A repetição do voto a intervalos regulares garantiria o controle dos eleitores sobre essa elite dirigente, fazendo pesar sobre ela o risco não ter seu mandato reconduzido. Apesar das enormes transformações que afetaram os governos representativos ao longo do tempo, uma

³¹ Uma fronteira difícil de transpor separa, como dissemos, coletivos que reivindicam sua autonomia em relação aos partidos e outros – como o Fora do Eixo e os Jornalistas Livres – percebidos como ferramentas a serviço de alguns deles. Isso, embora as lógicas de autonomia que presidem à formação de ambos sejam as mesmas que nos demais casos.

³² Trata-se, evidentemente, do fim do voto censitário. Os operários e categorias modestas passam a poder votar, mas não as mulheres. Nos Estados Unidos isso ocorre já ao fim do século XVIII, à exclusão dos escravos; na França só ao fim do século XIX.

constante do modelo sempre foi a distância social que separa a elite dirigente de seus eleitores e a autonomia a ela assegurada para governar³³.

Essa distância, antes pautada por critérios econômicos, educacionais, culturais e de acesso à informação, reduziu-se consideravelmente nos últimos 50 anos, ao menos no que se refere às três últimas variáveis, embora tenha aumentado significativamente, como se sabe, no que se refere à primeira (Piketty, 2013). A labilidade do voto, que acompanha o debilitamento dos partidos, bem como o significativo crescimento dos votos nulos e brancos, traduzem o desencanto dos eleitores com sistemas políticos julgados inoperantes do ponto de vista da defesa dos interesses coletivos. É nesse contexto que as iniciativas cidadãs têm multiplicado experiências de controle sobre zonas autônomas e que a questão do sorteio voltou à ordem do dia. Yves Sintomer (2011) e David Van Reybrouck (2014), além de revisitarem a história longa do sorteio, registram um sem número de experiências contemporâneas, em vários níveis, das quais a mais importante parece ter sido a formação por sorteio da Assembleia Constituinte islandesa em 2010³⁴.

Dado que a reinstitucionalização da vida política brasileira será em um futuro próximo uma passagem obrigatória, essas experiências merecem reflexão. Os movimentos de 2013, ao mesmo tempo em que zelavam por sua própria autonomia, reivindicaram a instauração de uma Assembleia Constituinte livre, soberana e exclusiva, reatando com a posição ardentemente defendida por Raymundo Faoro nos anos 80 – e não obstante, derrotada pela correlação de forças então em vigor. No momento em que escrevo, esse parece um horizonte distante. Mas o momento atual é também o de uma implosão do nosso quadro institucional. Esse quadro terá de ser reconstruído para que os brasileiros possam continuar a viver juntos. E a pergunta que se colocará então é: reconstruído em que bases?

Bibliografia citada

- ANCOP (2014). Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil.
ANDRADE, Erico; Liana Cirne Lins; Frida Lemos (2014). A luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas. O caso do #OcupeEstelita. In Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 136-155.
ARENDR, Hannah (1985). *Da Violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

³³ Manin (2012: 259) distingue três tipos ideais de governos representativos: o parlamentarismo, governo de notáveis locais; a democracia de partidos e um terceiro tipo por ele designado como “a democracia do público” onde os eleitores, com estatuto de opinião pública, elegem figuras carismáticas e midiáticas, que usam os partidos para fins eleitorais, mas mantêm grande margem de autonomia em relação a eles.

³⁴ Castells (2013) oferece um relato detalhado e amplamente referenciado dessa experiência.

BASTOS NETO, Fernando J. C (2014). Das redes às ruas. Junho em Florianópolis. In Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung.

BAYER, Mats Lucia (2017). *Méga-événements sportifs et politiques urbaines*. Le conflit de Vila Autódromo et les Jeux Olympiques à Rio de Janeiro. Mémoire de Master, 2^{ème} année, mention Civilisations, Cultures et Sociétés, parcours Espaces, Sociétés, Cultures dans les Amériques. IPEAT, Université Toulouse 2.

BLEJMAN, Mario (2011). El rol de Indymedia después del 19-20 de diciembre. Antes de la web 2.0. *Página 12*, 27 de diciembre.

BOGGS, Carl (1977). Marxism, Prefigurative Communism and the Problem of Workers' Control. *Radical America* 11, November, p. 99-122.

CASARINI, Luca (2002). “Sette parole chiave per costruire un linguaggio comune”. In Nicola Montagna (dir.), *Cointroimpero*. Per un lessico dei movimenti globali. Roma: Manifestolibri.

CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de Indignação e Esperança*. Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTILLO, Lorena (2014). O antes, o durante e o depois das mobilizações de 2013 em Porto Alegre: a força das ruas e seus desafios. In Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 124-133.

COHN-BENDIT, Daniel (1975). *Le grand bazar*. Paris : Belfond.

COBURN, Elaine (2003). La bataille de Seattle. In Michel Wieviorka (dir.), *Un autre monde...*, Paris, Balland, p. 155-175.

DOWNING, John H. (2002). The Indymedia Phenomenon : Space-Place-Democracy and the new Independent Media Center. *2001 Bugs: Globalism and Pluralism*. Montreal, April 24th to 27th 2002.

DOWNING, John H. (2001). *Radical Media*. Thousand Oaks, CA.

FARRO, Antimo (2003). Le tournant italien. In Michel Wieviorka (dir.). *Un autre monde...* Paris: Balland, p. 177-194.

FOUREAUX, Francisco (2014). Belo Horizonte : a cavalaria andou de ré. In Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 24-42.

GOPALKRISHNAN, Asha; NYLUND, Mats. Crowdsourcing in Media. *Arcada Working Papers*

GRAEBER, David (2004). *Fragments of an Anarchist Anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

MACHADO, Jorge Alberto S., Ativismo em rede e conexões identitárias, *Sociologias* n° 18, Porto Alegre, jul./dez. 2007.

MACHADO, Leila Domingues; REGATTIERI, Lorena Lucas; LIMA, Haroldo Ferreira (2015). Corpos Luminosos. Passageiros na noite. *Esferas*. Ano 4, n° 7, 117-129.

MANIN, Bernard (2012 [1995]). *Principes du gouvernement représentatif*. Paris : Flammarion.

MARTINS, Caio; CORDEIRO Leonardo (2014). Revolta Popular. O limite da tática. In Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung.

MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. “Junho está sendo”. In MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 10-21.

MOVIMENTO Passe Livre (2013), “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In Varios Autores, *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2013.

NEVES, Bráulio de Britto(2010). Prefiguração de contrapúblicos em Brad – uma noite mais nas barricadas. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, 134-145, dez.

NOGUEIRA, Rachel Queiroz (2015). L’activisme en ligne comme source d’information et de changement. La dynamique complémentaire en ligne et hors ligne du mouvement social et groupe Facebook Direitos Urbanos. *Mémoire de recherche pour le Master 2 Communication et Territoires*. Toulouse : Université Paul Sabatier.

ORTELLADO, Pablo (2013). Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo (Orgs.). *20 Centavos. A luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta.

ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André (2004). *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*. São Paulo: Ed. Conrad.

PAGUL, Jul (2014). Brasília, poéticas públicas. In MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 46-67.

PERALVA, Angelina (2001). *Violência e Democracia*. O Paradoxo Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra.

PIKETTY, Thomas (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Paris : Seuil.

PINHEIRO, Valéria (2014). Fortaleza. #Ocupe o Cocó. In MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 98-118.

POUPEAU, Franck (2013). Conflits environnementaux et régulation multi niveaux. In CAILLÉ, Alain e DUFOIX, Stéphane (dir.). *Le tournant global des sciences sociales*. Paris : La Découverte.

ROULLEAU-BERGER, Laurence (2016). Economias migratórias, bifurcações biográficas e fronteiras morais. In PERALVA, Angelina e TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos na Globalização*. Migração, Trabalho, Mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SAWICKI, Frédéric; SIMEANT, Johanna (2011). Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias* vol. 13, nº 28, Porto Alegre set./dez.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian (2014). *Mascarados*. A Verdadeira História dos Adeptos da Tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial.

TEDESCO, Marina (2010). Depois do disparo: uma análise da apropriação das últimas imagens de Brad Will por documentários brasileiros e mexicanos. *Revista Doc On-line*, n. 8, agosto: 149-168.

THÂMARA, Thamyra (2014). Junho preto: favelado ocupando as ruas. In MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 158-175.

TORINELLI, Michele (2014). “Junho de 2013 desde Curitiba: a juventude em rede nas ruas”. In MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Orgs.). *Junho. Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 64-77.

TOURAINÉ, Alain; DUBET, François; WIEVIORKA, Michel ; STRZELECKI, Jan (1982). *Solidarité*. Analyse d'un mouvement social. Pologne 1980-1981. Paris : Fayard.